

LOJAS AMERICANAS

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2017.

Ao

Excelentíssimo Senhor

Senador Hélio José da Silva Lima

Relator da Com. Parlamentar de Inquérito da Previdência Social – CPI/PREV

Correspondência encaminhada pelo protocolo eletrônico

**Assunto: Perguntas do Relator – audiência pública 03/07/2017 –
Ofício 249 de 26/06/2017 – CPI/PREV – Requerimento 140/2017**

Excelentíssimo Senhor Senador,

Inicialmente gostaríamos de renovar o nosso agradecimento por participar da audiência pública realizada por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, no último dia 03/07/2017, perante o Senado Federal.

Antes de passarmos às respostas aos 05 (cinco) grupos de questões que nos foram encaminhadas, naquela oportunidade, por escrito, por V. Exa., renovamos o esclarecimento acerca do *status* jurídico da Companhia acerca de sua regularidade fiscal e previdenciária.

A Companhia é pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital aberto, genuinamente brasileira, com 88 (oitenta e oito) anos de trabalho pela sociedade brasileira, empregando mais de 21.000 (vinte e um mil) colaboradores diretos, outras dezenas de milhares de empregos indiretos, atuando em mais de 1.100 (mil e cem) lojas, 04 (quatro) centros de distribuições, alcançando todos os 26 (vinte e seis) Estados da Federação e o Distrito Federal, em todas as faixas de renda da população brasileira.

Em termos estatísticos, a Companhia recolhe, anualmente, aproximadamente, R\$ 133.000.000,00 (cento e trinta e três milhões de reais) somente sobre as Contribuições Previdenciárias incidentes sobre a sua folha de pagamentos.

Desse valor total, o montante de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) são relacionados com a Contribuição Patronal à Previdência Social; R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) a título das Contribuições aos Terceiros (SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA, e Contribuição ao Salário Educação; e R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) em relação às Contribuições Ao Seguro de Acidente de Trabalho – SAT e, por fim, nada menos do que R\$

24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) a título de repasse de Contribuições dos Empregados retidas.

Adicionalmente, é importante salientar, no que tange ao faturamento e lucro, que a Companhia recolhe, anualmente, o montante de R\$ 121.000.000,00 (cento e vinte e um milhões de reais).

O valor global acima corresponde à soma dos valores pagos, sob os três regimes de tributação (Monofásico, Cumulativo e Não-cumulativo) a título de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; o montante de R\$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais), e o montante de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) a título de Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

Por último, mas não menos importante, a Companhia vem apresentando sucessivos resultados positivos nos últimos exercícios, resultando no recolhimento anual, e aproximado, de R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Não obstante o fato de figurar na lista de maiores contribuintes em arrecadação de fontes de custeio da Previdência Social do País, a Companhia se destaca pelo intenso acompanhamento fiscal, e previdenciário, sob regime diferenciado, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e, inclusive, possui a prova de regularidade fiscal de todos os tributos federais.

Para ilustrar esse fato, encaminhamos o histórico resumido, na última década, dos certificados de regularidade fiscal e previdenciária emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, abrangendo as contribuições sociais previdenciárias (vide documento nº 01 anexado).

Evidencia-se, dessa forma, que a Companhia não é pessoa jurídica devedora da Previdência Social, e recolhe em dia a totalidade das contribuições que são fontes de custeio da Seguridade Social, em montante bem expressivo.

Adicionalmente, a Companhia reitera a informação prestada por nossa representante na audiência pública que, atualmente, não possui procedimentos visando ao parcelamento de fatos geradores relativos às Contribuições Patronais calculadas sobre a folha de pagamentos, à COFINS, à Contribuição ao PIS/PASEP e à CSLL.

A quase totalidade dos apontamentos de sua responsabilidade e constantes dos sistemas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional encontram-se, em regra, devidamente garantidos por (1) depósitos judiciais, (2) cartas de fianças bancárias, (3) apólices de seguro-garantia.

Por oportuno, cumpre fazer um pequeno parêntese para esclarecer que as garantias ofertadas em âmbito judicial independem da vontade da Companhia para



o “pagamento” da Previdência, mas sim, de determinação judicial às instituições financeiras para cumprimento da decisão que vier a ser proferida pelo Poder Judiciário.

Acerca dos depósitos judiciais, igualmente, é relevante que as Leis nºs 9.703/1998, artigo 1º, parágrafo 2º e 12.099/2009, artigo 1º, determinam a transferência dos valores depositados por qualquer pessoa física, ou jurídica, enquanto garantia, para a Conta Única do Tesouro Nacional, e independentemente do deslinde do processo judicial.

Dessa forma, V. Exas. devem considerar que os recursos depositados pela Companhia já devem (ou ao menos deveriam) estar sendo computados na arrecadação de custeio da Seguridade Social, não havendo o que se falar em obrigação exigível, ou ainda, na ausência de pagamento a qualquer título.

Portanto, na espécie, a Companhia não pode ser considerada como devedora remissa da União Federal, não existe apontamento líquido e certo sob sua responsabilidade, nem risco de inadimplência futura.

Esses foram os esclarecimentos prestados no plenário onde foi realizada a audiência pública, em 03/07/2017. Aproveitando essa oportunidade, mais uma vez, a Companhia reitera a inexistência de apontamentos exigíveis, e/ou sem garantia, perante a Dívida Ativa da União, a qualquer título.

Adicionalmente, iniciamos a exposição das questões formuladas por V. Exa., ressaltando que a informação acerca da receita bruta anual total da Companhia informada a essa Comissão pelo “IBEVAR”, no montante aproximado de R\$ 21.400.000.000,00 (vinte e um bilhões e quatrocentos e milhões de reais) no ano de 2016, contempla a receita auferida pela própria, bem como, pelas demais pessoas jurídicas controladas e coligadas.

Apenas a título de registro, apontamos que a receita bruta da Companhia auferida no ano calendário de 2016 atingiu o montante aproximado de R\$ 11.975.115.000,00 (onze bilhões, novecentos e setenta e cinco milhões, cento e quinze mil reais), conforme faz prova o seu respectivo balanço patrimonial publicado em 23/02/2017 no jornal Valor Econômico, e cuja cópia segue anexada (vide documento nº 02).

Feito o registro inicial a essa Comissão, passamos a discorrer de forma objetiva acerca dos demais esclarecimentos solicitados por V. Exa. nos cinco grupos de questões constantes do documento que nos foi fornecido na audiência pública realizada no último dia 03/07/2017.

Grupo 1:

- a) Qual a controvérsia jurídica que ocasionou o acúmulo de uma dívida tão grande de COFINS? A posição da empresa, nesse caso, está de acordo com a jurisprudência dominante nos tribunais?



Resposta letra “a”: A Companhia já teve a oportunidade de esclarecer a essa Comissão que não possui apontamentos líquidos, certos e exigíveis perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, e/ou a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em relação a nenhum tributo federal, aí inserida a COFINS.

Até o presente momento, nenhum dos argumentos suscitados pela Companhia perante o Poder Judiciário encontra-se afetado, desfavoravelmente, de forma definitiva, por entendimento vinculante emanado pelos tribunais em sede de súmula vinculante, repercussão geral, ou proferido em âmbito dos chamados “recursos repetitivos”.

- b) Nas dívidas relativas a contribuições previdenciárias em discussão judicial, quais são as principais discordâncias das Lojas Americanas em relação à fundamentação das cobranças da Receita Federal do Brasil?

Resposta letra “b”: Relativamente ao questionamento acerca da Contribuição Patronal realizada em âmbito judicial, a Companhia ressalta que tratam-se de discussões que dizem respeito a fatos geradores ocorridos há mais de uma década.

Resumidamente, e apenas no que se refere à Contribuição Patronal calculada sobre a folha de pagamentos, informamos que tratam-se de questões envolvendo apontamentos que já foram quitados, para os quais a Secretaria da Receita Federal do Brasil não reconhece o pagamento, a compensação e/ou a quitação integral.

- c) Os débitos da empresa inscritos na dívida ativa contam com garantias para honrar seu pagamento?

Resposta letra “c”: A resposta é afirmativa. Tais garantias constituem-se de depósitos judiciais, cartas de fianças bancárias emitidas por instituições financeiras idôneas e de primeira linha, e apólices de seguro-garantia.

Grupo 2:

- a) As Lojas Americanas possuem uma dívida com a seguridade social no valor de R\$34,14 Milhões, referente à CSLL. A justificativa para um montante tão expressivo está relacionado com algum litígio envolvendo os resultados econômico-financeiros de empresas controladas ou coligadas no exterior?

Resposta letra “a”: A resposta a essa indagação é negativa. O apontamento da CSLL em questão não tem relação com a tributação pretendida na forma prevista pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, artigo 74, sobre resultados auferidos no exterior.

A Companhia, de fato, possuía litígios (em âmbito administrativo e também judicial) acerca do IRPJ e da CSLL, calculados com base nas disposições da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001. Entretanto, atualmente, tais litígios encontram-se encerrados, inexistindo pendências de pagamento quanto a essa matéria.

Grupo 3:

- a) Nos últimos 05 (cinco) anos, de acordo com a RAIS, quais foram os valores da massa salarial dos empregados comunicados pelas Lojas Americanas?

Resposta letra “a”: Abaixo transcrevemos o quadro resumo anual dos valores que compõem a remuneração global paga aos nossos colaboradores nos últimos cinco anos:

ANO	REMUNERAÇÃO GLOBAL - R\$
2012	259.041.322,78
2013	322.439.663,09
2014	386.418.530,62
2015	440.943.920,26
2016	492.460.293,71

- b) Dos valores comunicados na RAIS, considerando os últimos 05 (cinco) anos, quais os montantes arrecadados de contribuições previdenciárias devidas pelo empregado?

Resposta letra “b”: Abaixo transcrevemos o quadro resumo anual dos valores das contribuições retidas pela Companhia de seus empregados nos últimos cinco anos:

ANO	CONTRIBUIÇÃO TOTAL	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (20%)	TERCEIROS	CONTRIBUIÇÃO AO SAT	CONTRIBUIÇÃO EMPREGADO RETIDA
2014	140.561.981,41	77.480.128,91	22.469.237,38	16.082.550,36	24.530.064,76
2015	159.266.958,56	88.291.996,99	25.604.679,13	15.531.003,73	29.839.278,72
2016	170.743.598,81	98.580.555,95	28.588.361,23	13.988.580,89	29.586.100,74
2017	69.763.039,03	39.521.111,86	11.461.122,44	5.517.937,64	13.262.867,09

- c) Dos valores comunicados na RAIS, considerando os últimos 05 (cinco) anos, quais os montantes arrecadados de contribuições previdenciárias devidas pelo empregado foram realmente repassadas à União?

Resposta letra “c”: Ratificamos a informação prestada verbalmente na audiência pública acerca do integral recolhimento da totalidade dos valores retidos a qualquer título, inclusive, no que tange às contribuições devidas pelos empregados para o custeio da Seguridade Social.

Grupo 4:

- a) A dívida previdenciária foi renegociada por meio de algum programa de recuperação fiscal (Refis)? Já está sendo paga, ainda que parceladamente?

Resposta letra “a”: Ratificamos a informação prestada verbalmente por nossa Superintendente Executiva Jurídica na audiência pública, acerca da inexistência de procedimentos de parcelamentos, ainda que em sede de programas extraordinários, no que tange às contribuições destinadas ao custeio da Seguridade Social.

Os apontamentos previdenciários sobre essa matéria encontram-se sob a apreciação do Poder Judiciário e, em regra, encontram-se devidamente garantidos sob as modalidades de depósitos judiciais, cartas de fiança bancária ou apólices de seguro garantia.

- b) Se positiva a resposta, em qual natureza de grupo as Lojas Americanas se enquadram, no tocante aos seus parcelamentos. No grupo cuja natureza do parcelamento é o **financiamento** para a rolagem da dívida ou no grupo de natureza **transacional**?

Resposta letra “b”: A resposta encontra-se prejudicada em virtude do esclarecimento constante do item “a”, acima.

- c) Na opinião de Vossa Senhoria, o programa de parcelamento especial (REFIS) incentiva o inadimplemento dos recolhimentos espontâneos das contribuições previdenciárias, em detrimento das contribuições extraordinárias oriundas do parcelamento? Por que?

Resposta letra “c”: A Companhia avalia que quaisquer medidas legislativas editadas pelo Poder Executivo Federal, ou igualmente emanadas pelo Congresso Nacional, que se destinem à equalização de qualquer tipo de pendência financeira, ou tributária, e que visem o estímulo à produção, preservação das relações de trabalho, e evidentemente sem prejuízo do equilíbrio das contas públicas, constituem-se em meios importantes, e absolutamente eficazes, de conciliação, devendo ser preservados dentro do contexto legislativo.

Pedimos *vénia* a V. Exa. para ratificar que a Companhia não possui, atualmente, procedimentos de parcelamento (ordinário ou extraordinário) em andamento no âmbito federal.

Grupo 5:

- a) A maioria do estoque da dívida das Lojas Americanas também decorre da divergência de interpretação entre a natureza remuneratória ou indenizatória das verbas trabalhistas?

Resposta letra “a”: A resposta é negativa.

- b) Se positiva a resposta, favor justificar o por quê dessa divergência, uma vez que os artigos 22 e 28, da Lei 8.212/91 – Organização da Seguridade Social, estabelecem os critérios para a consideração da base de cálculo dessas contribuições, com uma riqueza de detalhes dificilmente notados nos dispositivos da normatização.

Resposta letra “b”: A resposta encontra-se prejudicada em virtude do esclarecimento constante do item “a”, acima.

Dessa forma, encerramos a presente exposição, indagando a V. Exa. acerca da possibilidade de serem fornecidas à Companhia as cópias das informações prestadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, especialmente no que pertine aos valores e rubricas, lançados na alegada “lista de devedores” que embasa os trabalhos dessa Comissão em relação aos setores econômicos.

Solicitamos, outrossim, que seja conferido tratamento confidencial às informações prestadas nesta manifestação, em razão do disposto na Instrução CVM nº 358, de 2002, a qual dispõe sobre a divulgação, e uso de informações, em relação às Companhias Abertas.

Por fim, aproveitamos a oportunidade para informar aos Senadores membros desta Comissão, que as respostas aos questionamentos formulados no Ofício nº 188, datado de 20/06/2017, do qual um dos nossos advogados foi intimado no dia 03/07/2017, serão encaminhadas em meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, conforme fixado por V. Exas.

Sendo os esclarecimentos que a Companhia tinha para o momento, permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos de indagações que V.Exas. entendam necessárias e, renovando os protestos de estima e consideração, subscrevemo-nos,

atenciosamente.


LOJAS AMERICANAS S/A
Ana Celia Fidalgo da Silva
Superintendente Executiva Jurídica

Certidões Emitidas

CGC: 33.014.556/0001-96 - LOJAS AMERICANAS S.A.

Certidão	Data Emissão	FIN	Data Validade	Data Cancelamento	Hora de Brasilia
258802014-88888556	17/10/2014	4	15/04/2015		
258812014-88888556	17/10/2014	5	15/04/2015		
103952014-88888556	08/05/2014	4	04/11/2014		
103962014-88888556	08/05/2014	5	04/11/2014		
302013-17500556	17/12/2013	5	15/06/2014		
292013-17500556	17/12/2013	4	15/06/2014		
232013-17500556	07/08/2013	4	03/02/2014		
242013-17500556	07/08/2013	5	03/02/2014		
222012-17500556	12/12/2012	4	10/06/2013		
232012-17500556	12/12/2012	5	10/06/2013		
12012-17500556	24/04/2012	4	21/10/2012		
22012-17500556	24/04/2012	5	21/10/2012		
17612011-17500010	26/07/2011	4	22/01/2012		
17622011-17500010	26/07/2011	5	22/01/2012		
1812010-17500010	04/06/2010	4	01/12/2010	07/06/2010	14:19:15
1802010-17500010	04/06/2010	5	01/12/2010	07/06/2010	14:18:40
2212009-17300556	18/11/2009	4	17/05/2010		
672009-17300556	06/04/2009	4	03/10/2009		
382008-17300556	29/05/2008	4	25/11/2008		
79942007-17001020	12/09/2007	4	10/03/2008		
87712006-17001020	14/11/2006	4	13/05/2007		
31572006-17001020	17/05/2006	4	13/11/2006		
14692002-17001020	22/04/2002	4	21/06/2002		
2302002-17001020	07/02/2002	4	08/04/2002		
77271999-17605001	23/11/1999	4	22/01/2000		
I-511771	01/04/1999	4	28/09/1999		
I-163566	11/08/1998	4	07/02/1999		
H-595020	09/02/1998	4	08/08/1998		
H-357139	25/08/1997	4	21/02/1998		
G-755222	20/02/1997	4	19/08/1997		

A Receita Federal agradece a sua visita. Informações sobre [política de privacidade e uso](#).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOJAS AMERICANAS S.A.

CNPJ: 33.014.556/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:00:00 do dia 19/02/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/08/2014.

Código de controle da certidão: **7B74.872E.626C.37D6**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS
TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LOJAS AMERICANAS S.A.
CNPJ: 33.014.556/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da fazenda pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 19:56:48 do dia 27/02/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/08/2015.

Código de controle da certidão: **FB95.E468.7186.A1FF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Os 144 créditos ativos de natureza previdenciária em cobrança na PGFN estão com sua exigibilidade suspensa por força de decisão liminar em vigor proferida no MS 2015.51.01.007067-0 23VF (Req SICAR 20150015305)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS
TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LOJAS AMERICANAS S.A.
CNPJ: 33.014.556/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da fazenda pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 14:18:17 do dia 16/07/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/01/2016.

Código de controle da certidão: **EFD4.577A.6385.1F1C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

LIBERAÇÃO DE CPEN POR CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL QUE DEFERIU A
TECIPAÇÃO DE TUTELA NOS AUTOS DA AÇÃO CAUTELAR INOMINADA PROCESSO 35
458.73.2015.4.01.3400 EM CURSO PERANTE O JUÍZO DA 5 VARA FEDERAL DO
DISTRITO FEDERAL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOJAS AMERICANAS S.A.
CNPJ: 33.014.556/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 08:51:32 do dia 21/12/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/06/2016.

Código de controle da certidão: **F7C1.768C.7B83.FC22**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Certidão liberada por força de decisão liminar proferida nos autos da Ação Cautelar antecipatória de garantia 0035458-73.20154.01.3400 em curso na 5ª Vara Federal/DF.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOJAS AMERICANAS S.A.
CNPJ: 33.014.556/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 08:28:25 do dia 16/06/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/12/2016.

Código de controle da certidão: **A3E9.649A.EBB5.6471**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Decisão judicial na Ação Cautelar antecipatoria de garantia 0035458-73.2015.4.01.3400 (dossiê 10080.000778/0715-56), em trâmite na 5ª VF/DF determinou a liberação da CPEN.


CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOJAS AMERICANAS S.A.
CNPJ: 33.014.556/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 15:48:32 do dia 19/01/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/07/2017.

Código de controle da certidão: **02BA.C81E.9F14.DA68**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Dossiê 10080.003729.1216.96. Inscrições previdenciárias que não contam com averbação de suspensão estão abrangidas por liminar proferida na Ação Cautelar 0035458.73.2015.4.01.3400, 5a VF DF.

[Nova Consulta](#)

 Preparar página
 para impressão



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOJAS AMERICANAS S.A.
CNPJ: 33.014.556/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 17:15:01 do dia 05/07/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/01/2018.

Código de controle da certidão: **AC1C.446A.8973.AF17**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Dossiê 10080.003729/1216-96. Inscrições previdenciárias que não contam com averbação de suspensão estão abrangidas por liminar deferida na Ação Cautelar 0035458.73.2015.4.01.3400, 5a VF/DF. DEBCADs 35.496.244-2 e 49.902.764-7 garantidos nas respectivas execuções fiscais.

[Nova Consulta](#)

 [Preparar página para impressão](#)

LOJAS AMERICANAS

LOJAS AMERICANAS S.A. • CNPJ: 33.014.556/0001-96 • NIRE: 3330002817-0

85 anos 5
Somos mais Brasil
LOJAS AMERICANAS

IBOVESPA   

MLCX    

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Lojas Americanas S.A. é uma das maiores redes de varejo do país, oferece uma enorme variedade de produtos de grandes marcas e serviços de qualidade a um preço justo, aos clientes de todos os estados. Com 87 anos, a Companhia acompanha o ritmo do desenvolvimento global e busca atender os clientes e fornecedores com excelência. Considerada, por instituições renomadas como Reputation Institute (Reputation Pulse) e Interbrand (Marcas Brasileiras Mais Valiosas), a Companhia de melhor reputação e mais valiosa do varejo do país, movimenta negócios e gera empregos e renda para 21.166 mil associados.

1.1. Lojas Americanas S.A. - Todo mundo vai

Da pequena Nitério de 1929, cidade do Rio de Janeiro, a Lojas Americanas se firmou na capital do estado, onde instalou seu sede, e ganhou o Brasil. Atualmente a Companhia está presente em todo o território nacional com 1.130 lojas localizadas em 439 municípios, o que corresponde a 980 mil metros quadrados de área de venda, além de quatro centros de distribuição instalados em Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

A Lojas Americanas comercializa até 60 mil itens de aproximadamente dois mil fornecedores de brinquedos, bônus, lingerie, CDS e DVDs, jogos, higiene e beleza, utilidades domésticas, entre outros. A Companhia tem 13 marcas próprias nas categorias de Higiene e Beleza (Basic+ e Dental Clean), Vestuário (Basic+), Cama, Mesa e Banho (Casual Home), Papelaria (School Basics e Office Basics), Brinquedos (Brink+), Utensílios Domésticos (Casual Home, Classic Home, Basic e Strong Tools), Artesanatos (Christmas Traditions), Biscoitos e Chocolates (D'elice) e Alimentos (Leven).

Em 2016, inaugurou 93 lojas e reforçou o compromisso de realizar os sonhos de seus clientes e manter o programa de expansão "85 anos em 5 - Somos Mais Brasil", lançado em 2015. O programa prevê a abertura de 800 novas lojas e dêitos centros de distribuição no período entre 2015 e 2019.

1.2. Composição Acionária

As ações da LOJAS AMERICANAS S.A. estão listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) sob os códigos LAME3 (ordinária) e LAME4 (preferencial).

1.3. Estrutura Múltipla e Complementar

A Lojas Americanas possui estrutura múltipla e complementar de vendas. Além da rede de lojas físicas, a Companhia opera também com a B2W Digital, líder na América Latina que tem como propósito conectar pessoas, negócios, produtos e serviços em uma plataforma digital.

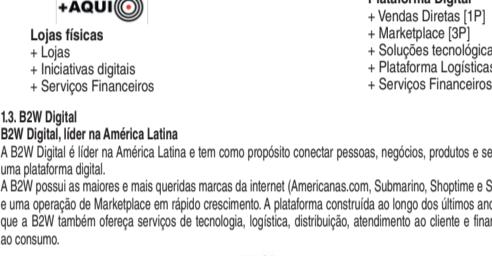
A expansão das Lojas Americanas segue a tendência do mercado no qual o consumidor procura mais conveniência, facilidades e preços justos. Para atender esses perfis de cliente a Lojas Americanas disponibiliza dois formatos de lojas: Tradicional e Express.

O modelo Tradicional conta com lojas amplas, uma área de venda média de 1.100 metros quadrados, sortimento de até 60 mil itens e abastecimento diário do estoque. São mais de 45 departamentos, como utilidades domésticas, brinquedos, games, bônus, perfumaria, papelaria, eletrônicos, higiene pessoal, vestuário entre outros.

O modelo Express apresenta um sortimento adequado às características e demandas dos lojas e ao perfil do consumidor, que tem à mão produtos de conveniência no bairro onde mora ou perto do trabalho. Este modelo comercializa até 15 mil itens cuidadosamente selecionados, o espaço de vendas conta em média com 400 metros quadrados e a logística é just in time.

Além dos formatos de loja, a Lojas Americanas conta com a +AQUI em mais de 300 lojas. A +AQUI é a unidade de negócios responsável pela comercialização de produtos e serviços financeiros (cartões de crédito, seguros e cartões pré-pagos) dentro da Lojas Americanas.

Organograma a seguir traça um visão integrada da Lojas Americanas.



1.3. B2W Digital
B2W Digital, líder na América Latina e tem como propósito conectar pessoas, negócios, produtos e serviços em uma plataforma digital. A B2W possui as maiores e mais queridas marcas da internet (Americanas.com, Submarino, Shoptime e SouBarato) e uma operação de Marketplace em rápido crescimento. A plataforma construída ao longo dos últimos anos permite que a B2W também ofereça serviços de tecnologia, logística, distribuição, atendimento ao cliente e financiamento ao consumo.



1.4. Promotora de Produtos e Serviços Financeiros
+AQUI, responsável pela gestão e promoção de produtos financeiros e serviços na Lojas Americanas, apresentou rápido crescimento e significativa evolução em seu plano estratégico.

Com o objetivo de "realizar sonhos e atender as necessidades de consumo dos pessoas, disponibilizando crédito, protegendo seu patrimônio e superando suas expectativas com atendimento de excelência", a +AQUI está presente em 318 Lojas Americanas espalhadas por 140 cidades de 17 estados do país, mais o Distrito Federal.

O portfólio de produtos oferecidos conta com seguro de garanta, estadia, seguro contra roubo ou furto de dispositivos móveis, assistência técnica para instalação de aparelhos de ar condicionado, cartões de crédito pré-pagos, vales presente, vales presente temáticos, cartões pré-pagos licenciados de conteúdo digital e o cartão de crédito Lojas Americanas.

Em 2017, como parte da evolução do portfólio, a Promotora iniciou a oferta do serviço de instalação de TVs e helpdesk. A +AQUI disponibiliza mais conveniência para os clientes desfrutarem ao máximo das facilidades oferecidas pelas novas tecnologias.

1.5. Cartão de Crédito Lojas Americanas

A +AQUI e responsável por oferecer o cartão Lojas Americanas aos milhares de clientes que circulam pelas lojas diariamente. Em 18 meses de operação a promotora emitiu mais de 800 mil cartões de crédito e registrou transações recorrentes em mais de mil Lojas Americanas e milhares de outros estabelecimentos comerciais do país. Em 2016, as compras realizadas com o cartão Lojas Americanas superaram 30% das vendas feitas em cartão de crédito em algumas lojas. Além disso, as vendas realizadas por meio do cartão na Companhia aumentaram mais de 500% em comparação com o ano anterior.

Com o objetivo de "realizar sonhos e atender as necessidades de consumo das pessoas, disponibilizando crédito, protegendo seu patrimônio e superando suas expectativas com atendimento de excelência", a +AQUI está presente em 318 Lojas Americanas espalhadas por 140 cidades de 17 estados do país, mais o Distrito Federal.

No período, inauguraram 39 novas lojas, totalizando 1.127 lojas espalhadas por mais de 430 cidades em todo o país, mantendo a habitual disciplina na operação dos novos pontos e retornos financeiros. Ao longo do ano, a Companhia abriu a sua primeira unidade em 37 novas cidades, oferecendo preços competitivos e produtos de qualidade à população local. Ao longo do ano seguimos com o desenvolvimento dos projetos de logística e abastecimento das lojas, diversificação do nosso portfólio de marcas próprias, renovação do sortimento de vestuário e evolução dos serviços financeiros oferecidos.

A B2W Digital seguiu apresentando significativa evolução no crescimento do GMV, bem como na operação de Marketplace, que apresentou um crescimento de 153,4% no ano. Dessa forma, permanecemos confiantes no potencial do e-commerce na América Latina.

1.6. Podeiros da Varejo Global 2017 - Deloitte
A Lojas Americanas ocupou também lugar de destaque na conquista de grandes prêmios no decorrer do ano. Hoje, defendemos a marca mais valiosa do varejo no Brasil, de acordo com os rankings da Interbrands, BrandZ LATAAM e o IRI é Dinheiro, publicados em 2016. Além disso, por meio da B2W Digital, somos líderes no comércio eletrônico da América Latina, com acordo com a Internet Retailer.

Encerramos o ano de 2016 com nosso time motivado e determinado a atingir novos patamares de resultados.

Gostaríamos também de agradecer aos clientes, associados, fornecedores e acionistas que fizeram parte dessas conquistas, que mostraram que estamos no caminho correto, buscando realizar sonhos e atender as necessidades de consumo das pessoas, poupança tempo e dinheiro e superando as suas expectativas.

Reiteramos a confiança no desenvolvimento do país e, para 2017, da mesma forma que nos anos anteriores, continuaremos no nosso caminho de aprendizagem e superação, o que nos deixou naturalmente entusiasmados, pois alcançamos novos patamares de resultados, sempre buscando um melhor atendimento das necessidades dos nossos clientes.

2. ADMINISTRAÇÃO

2.05. NOSSOS CLIENTES, ACIONISTAS, ASSOCIADOS E FORNECEDORES:

Em 2016, mantivemos a busca pelo equilíbrio de nossas variáveis comerciais como venda e rentabilidade. Diante do cenário macroeconômico apresentado no país e dos desafios no mercado internacional, aprimoramos nossos processos em busca de um controle ainda maior das despesas e do fluxo financeiro, resultando em um desempenho sólido.

A receita bruta da controladora atingiu R\$ 12,0 bilhões, expansão de 5,6% quando comparado a 2015. A geração de caixa operacional (EBITDA) totalizou R\$ 2,1 bilhões e crescimento de 12,0%. No resultado consolidado, alcançamos

rebita bruta de R\$ 21,6 bilhões e crescimento do EBITDA de 12,2%.

No período, inauguraram 39 novas lojas, totalizando 1.127 lojas espalhadas por mais de 430 cidades em todo o país, mantendo a habitual disciplina na operação dos novos pontos e retornos financeiros. Ao longo do ano, a Companhia abriu a sua primeira unidade em 37 novas cidades, oferecendo preços competitivos e produtos de qualidade à população local. Ao longo do ano seguimos com o desenvolvimento dos projetos de logística e abastecimento das lojas, diversificação do nosso portfólio de marcas próprias, renovação do sortimento de vestuário e evolução dos serviços financeiros oferecidos.

A B2W Digital seguiu apresentando significativa evolução no crescimento do GMV, bem como na operação de Marketplace, que apresentou um crescimento de 153,4% no ano. Dessa forma, permanecemos confiantes no potencial do e-commerce na América Latina.

1.7. Lojas Americanas Mais Valiosa - Interbrand
A Lojas Americanas ocupou também lugar de destaque na conquista de grandes prêmios no decorrer do ano. Hoje, defendemos a marca mais valiosa do varejo no Brasil, de acordo com os rankings da Interbrands, BrandZ LATAAM e o IRI é Dinheiro, publicados em 2016. Além disso, por meio da B2W Digital, somos líderes no comércio eletrônico da América Latina, com acordo com a Internet Retailer.

Encerramos o ano de 2016 com nosso time motivado e determinado a atingir novos patamares de resultados.

Gostaríamos também de agradecer aos clientes, associados, fornecedores e acionistas que fizeram parte dessas conquistas, que mostraram que estamos no caminho correto, buscando realizar sonhos e atender as necessidades de consumo das pessoas, poupança tempo e dinheiro e superando as suas expectativas.

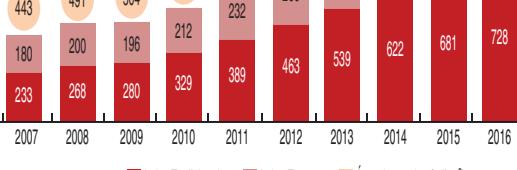
Reiteramos a confiança no desenvolvimento do país e, para 2017, da mesma forma que nos anos anteriores, continuaremos no nosso caminho de aprendizagem e superação, o que nos deixou naturalmente entusiasmados, pois alcançamos novos patamares de resultados, sempre buscando um melhor atendimento das necessidades dos nossos clientes.

3. ESTRATEGIA E INVESTIMENTO

Em 2016, Lojas Americanas atingiu R\$ 21.406,0 milhões de receita líquida consolidada, o equivalente a um crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior. Desta total, R\$ 11.975,1 milhões se referem ao desempenho da controladora (lojas físicas), que vendeu 76% a mais que em 2015.

O crescimento da receita bruta no conceito "mesmas lojas" foi de 6,0% no quarto trimestre e de 5,6% no ano de 2016. Nos últimos 10 anos, a Lojas Americanas cresceu em aproximadamente 173% a sua rede de lojas. Ao final de 2016, a Companhia contava com 1.127 lojas espalhadas por 436 cidades em todos os estados do país. Além da rede de lojas físicas, a Companhia possui quatro centros de distribuição localizados no Rio de Janeiro/RJ, em São Paulo/SP, em Recife/PE e em Belo Horizonte/MG.

O gráfico a seguir detalha a expansão da Companhia nos últimos 10 anos:



3.1. Expansão da Rede de Lojas

Em 2016, Lojas Americanas inaugurou 93 novas lojas, alcançando 1.127 lojas em 436 municípios de todos os estados brasileiros e Distrito Federal. Nossa compromisso é atender às necessidades de consumo de nossos clientes, superando expectativas, realizando sonhos e contribuindo para economia de tempo e dinheiro.

A tabela a seguir detalha a perda de lojas inauguradas em 2016:

Região	Formato	Número de Lojas	Área de Vendas mil m ²	Média mil m ²
Em 31/12/2015		1.041	9276	0,9
Sudeste	Tradicional	7	5,5	0,8
	Express	33	9,6	0,3
Nordeste	Tradicional	21	15,7	0,7
	Express	7	3,0	0,4
Sul	Tradicional	6	3,8	0,6
	Express	7	2,9	0,4
Norte	Tradicional	8	7,1	0,9
	Express	—	—	—
Centro-Oeste	Tradicional	3	2,3	0,8
	Express	1	0,4	0,4
Total	Tradicional	45	34,4	0,8
	Express	48	16,0	0,3
Reforma/Desativação		-7	1,5	-0,2
Em 31/12/2016		1.127	979,5	0,9

Em 2016, a receita bruta da controladora foi de R\$ 4,0 bilhões, uma expansão de 8,0% em relação ao 4T15. No consolidado, a receita bruta foi de R\$ 7,3 bilhões, com expansão de 7,5% em relação ao 4T15. Em 2016, a receita bruta da controladora foi de R\$ 12,0 bilhões, com expansão de 7,6% em relação a 2015.

O crescimento da receita bruta no conceito "mesmas lojas" foi de 6,0% no quarto trimestre e de 5,6% no ano de 2016.

Por conta do efeito das mudanças tributárias que passaram a vigorar em 2016, a rubrica de impostos e deduções foi impactada, influenciando a comparação com o ano de 2015. Em 2016, a linha de impostos sobre receitas aumentou 16,3% na contrabanda e 16,2% no consolidado quando comparada ao 2015. Tal crescimento inviabiliza uma comparação direta dos crescimentos das receitas bruta/líquida e das margens/despesas dos períodos em análise. Assim sendo, assumimos o crescimento nominal do EBITDA com a menor medida de geração de valor para a Companhia.

4.2. Gross Merchandise Volume (GMV)
O GMV (Gross Merchandise Volume) apresenta a receita bruta de vendas e serviços consolidada somada às vendas realizadas nas plataformas de Marketplace da B2W Digital e por consequência no resultado consolidado da Lojas Americanas.

No 4T16, o GMV consolidado alcançou R\$ 8,0 bilhões, crescimento de 13,6% em relação aos R\$ 7,1 bilhões registrados no 4T15. Em 2016, o GMV consolidado alcançou R\$ 23,3 bilhões, crescimento de 8,7% em relação aos 21,5 bilhões registrados em 2015.

4.3. Receita Bruta
No 4T16, a receita bruta da controladora foi de R\$ 4,0 bilhões, uma expansão de 8,0% em relação ao 4T15. No consolidado, a receita bruta foi de R\$ 7,3 bilhões, com expansão de 7,5% em relação ao 4T15. Em 2016, a receita bruta da controladora foi de R\$ 12,0 bilhões, com expansão de 7,6% em relação a 2015.

O crescimento da receita bruta no conceito "mesmas lojas" foi de 6,0% no quarto trimestre e de 5,6% no ano de 2016.

Por conta do efeito das mudanças tributárias que passaram a vigorar em 2016, a rub

Comitê Digital
O Comitê Digital assessorá o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão digital nas áreas de tecnologia e no comércio eletrônico, TV e aplicativos mobile, assim como canais emergentes.

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade é multidisciplinar, foi formalizado pelo Conselho de Administração em 2010 e contribui para a definição das normas práticas de gestão, com base na busca do equilíbrio entre os pilares econômico, ambiental e social, além de monitorar o engajamento de todos os associados das áreas de sustentabilidade.

Com enfoque setorial, o Comitê busca discutir, planejar e implementar ações que promovam o desenvolvimento sustentável da Companhia, tendo sempre como base as necessidades das partes interessadas.

5.4 Conselho Fiscal

As Lojas Americanas também conta com um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, formado por três membros: um indicado pelos controladores, um pelos acionistas preferenciais e um pelos acionistas ordinários.

5.5 Ações Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores independentes, KPMG, prestaram serviços de avaliação de aquisição de empresas para a Companhia, tendo sido contratados em 13 de abril de 2016, recebendo honorários totais de R\$ 630 mil. Sendo 100% dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade destes auditores independentes.

5.6 Tag Along de 100% a todos os Acionistas

O Estatuto Social das Lojas Americanas firma, desde 2006, o compromisso de conceder Tag Along integral (100%) às ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Com isso, todos os acionistas da Lojas Americanas têm tratamento igualitário no caso de troca de controle da Companhia, sendo assegurado o direito de vender suas ações nas mesmas condições negociadas pelos controladores.

5.7 Políticas de Dividendos

Em 2016, foi proposta aos acionistas a distribuição de lucros de R\$ 115,5 milhões, em juros sobre o capital próprio (antes do imposto de renda recaído na fonte), com base no lucro líquido do exercício. O Estatuto Social das Lojas Americanas, em linha com a legislação vigente, fixa o valor mínimo para dividendo em 25% do lucro líquido do exercício, após a formação de reserva legal de 5%.

5.8 Programa de Recompensa de Ações

As Lojas Americanas mantêm um plano de recompensa de ações da Companhia com o objetivo de deixá-la em tesouraria e posteriormente cancelar. O programa prevê a recompra de até 10.000.000 de ações ordinárias nominativas escrituradas e 10.000.000 de ações preferenciais nominativas escrituradas.

5.9 Políticas e Regulamentos

Ao longo de 2016, as Lojas Americanas manteve o seu compromisso no combate à corrupção e na promoção da ética no relacionamento com todos os seus stakeholders. Além do Código de Ética e Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria, a Companhia tem uma Política de Compliance e Combate à Corrupção. No momento da admissão, todos os associados recebem uma cópia do Código de Ética e Conduta e assim um termo de césica e acepção.

A Lojas Americanas valoriza o comportamento integral, transparente e solidário. Diversas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos direitos humanos, principalmente em relação às questões trabalhistas, ao meio ambiente e à ética nos negócios.

Nesse sentido, a Lojas Americanas promove e valoriza a difusão de princípios de proteção e valorização dos direitos humanos, desafiando esses termos nos contratos comerciais com o propósito de colaborar na erradicação do trabalho forçado e no combate a qualquer prática que não respeite o Princípio da Dignidade Humana na cadeia produtiva de fornecimento, entre elas, a Política de Divulgação e Uso das Informações. Nossas políticas estabelecem normas rígidas e punições severas aos infratores e práticas de todos os fraudulentes.

Assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2013, a Companhia tem trabalhado para fortalecer os processos de gestão da sustentabilidade, tanto internamente quanto em toda a cadeia de fornecedores.

O Pacto Global é uma iniciativa que reúne milhares de empresas ao redor do mundo comprometidas com as melhores

práticas corporativas de respeito aos

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que permanecem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida de resultado, quando ocorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e, se apropriado, ajustados.

Os testes de contabilidade dos custos dos empréstimos tomados com o propósito de adquirir e/ou construir ativos fixos qualificáveis não são relevantes em função do pouco tempo empregado na montagem das lojas (seu principal ativo qualificável) e, portanto, não foram contabilizados.

O ganho e as perdas de alienações são determinados pelo comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.12 Aprendizado, mercantil operacional e financeiro

O arrendamento operacional é representado por casos onde não existe uma transferência de propriedade dos bens para a Companhia. São reconhecidos nos resultados pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

O arrendamento financeiro, em conformidade com o CPC 06, é registrado como ativo imobilizado em contrapartida a um passivo. Tal passivo é liquidado de acordo com o estabelecido no contrato firmado com o fornecedor. O ativo é depreciado pelo prazo de vida útil econômico do bem, caso a Companhia detenha a sua propriedade ou, em caso contrário, pelo prazo de vigência estabelecido em contrato.

2.13 Impairment of assets não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não será recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados, subsequentemente, para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Os ágios apurados pelas Companhia e suas controladas, na aquisição de investimentos até 31 de dezembro de 2008, foram amortizados a taxa de 10% a.a. e, a partir do exercício de 2009, sujetos somente à avaliação de impairment.

Os ágios ajustados, o resultado do exercício, por impairment, não são mais revertidos.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no normal das negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para devolução ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando as taxas das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 15,6% a.a. em 31 de dezembro de 2016, 15,45% a.a. em 31 de dezembro de 2015 e 2014, 15,15% a.a. em 31 de dezembro de 2013, 15,05% a.a. em 31 de dezembro de 2012 e 15,15% a.a. em 31 de dezembro de 2011.

2.16 Impairment of assets e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objecto de swap para fins de proteção das oscilações da taxa de câmbio estão registrados a valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1(a).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de aferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor poder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações com um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa anual dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor de dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia avalia, ao menos uma vez por ano, a suficiência de suas provisões para eventos prováveis de ocorrerem ao longo do próximo exercício social, e quando estes eventos não são realizados, a Companhia reverte o saldo na proxima avaliação e constitui uma nova provisão para o exercício seguinte.

2.18 Imposto de renda e contribuição social contábeis e diferidos

O imposto de renda e contribuição social contábeis compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social contábeis e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as possibilidades assumidas pelo Grupo nas aperações de impostos sobre a renda e possibilidades, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social contábeis são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver umas a pagar ou, no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis. Contudo, os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados em separado na nota 11(a).

O imposto de renda e contribuição social ativo é passivo e apresentado líquido no balanço quando há direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral, relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19 Benefícios a empregados

a) Remuneração com base em ações

As ações e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor poder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações com um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa anual dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor de dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia avalia, ao menos uma vez por ano, a suficiência de suas provisões para eventos prováveis de ocorrerem ao longo do próximo exercício social, e quando estes eventos não são realizados, a Companhia reverte o saldo na proxima avaliação e constitui uma nova provisão para o exercício seguinte.

2.20 Imposto de renda e contribuição social e diferidos

O imposto de renda e contribuição social contábeis compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social contábeis e diferidos é calculado com base nos leis tributárias em vigor.

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios pós-empregados, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, além daquelas previstas na legislação trabalhista.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 22).

Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, são demonstrados no patrimônio líquido como o valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios pós-empregados, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, além daquelas previstas na legislação trabalhista.

2.22 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 22).

Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, são demonstrados no patrimônio líquido como o valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 Reconciliação da receita

A receita compreende o valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das estimativas de devoluções e reembolsos.

O valor total a ser reconhecido como despesa ao longo do período de duração e aquisição de direitos dos planos (vesting period) é determinado mediante o valor justo dos instrumentos outorgados, calculado na data da outorga dos programas de compra de ações, com base na cotação média dos fechamentos das ações na bolsa de valores onde são negociadas, sendo este valor total apropriado ao resultado, com ajuste correspondente no patrimônio líquido, pelo método linear durante o vesting period, considerando a expectativa de despesa.

Na data do balanço, o Grupo revisa as estimativas de despesa sobre a quantidade de ações que estão em vesting period, com base em dados históricos, e reconhece o impacto da revisão das estimativas, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Na data da outorga do plano, os valores recebidos dos empregados, líquidos de quaisquer custos de direitos atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal). As ações emitidas no final do vesting period são também creditadas no capital social, mas com base na capitalização das reservas que foram constituídas durante o vesting period.

b) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios pós-empregados, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, além daquelas previstas na legislação trabalhista.

2.24 Impairment of assets não financeiros

Os testes de impairment são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a taxa de presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas de Administração que são revisadas quando ocorre mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

d) Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente é calculado considerando as melhores estimativas de Administração que são revisadas quando ocorre mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

e) Provisão para perdas nos estoques

A Companhia realiza inventários cíclicos nos centros de distribuição e lojas e provisões as divergências apuradas ao longo do exercício. Ao final de cada exercício social a provisão é composta com as perdas apuradas nos inventários. O saldo remanescente de provisão ao final do exercício social é estimado com base no histórico de vendas de mercadorias não invençadas nos últimos meses do ano. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as provisões para perda no resultado dos seus estoques.

f) Vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangíveis, baseado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes, considera a melhoria estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações.

Periodicamente a Administração avalia se mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de impairment são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a taxa de presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas de Administração que são revisadas quando ocorre mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

h) Ativos e passivos contingentes

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e civis, que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolva benefícios econômicos só para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, civis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais relevantes da jurisprudência e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as decisões mais

Exigências de ICMs	
• Decorrente da diferença entre o valor informado na obrigação acessória (GIA) e o valor constante nos livros fiscais.	14.224
• Relativo à diferença quantitativa entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário, de algumas lojas.	94.236
• Decorrente do recolhimento a menor nas transferências dos centros de distribuição para lojas em outros estados. Divergência do valor tomado como base de cálculo ou alíquota incidente.	95.366
Descumprimento de obrigação acessória	
• Em virtude da entrega foro do prazo dos documentos e arquivos magnéticos previstos na IN SRF 86/01, embora a Companhia estevesse com uma liminar que autorizava à entrega extrajudicamenta da obrigação para fiscalização.	122.561
Substitutiva de peridente de mercadorias - Decreto Lei nº 1455	
• Decorrente da desconsideração da importação indireta nas compras realizadas pelos centros de distribuição (CD's).	115.476
Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL	
• Exigência de imposto referente ao ano-calendário de 2009 e 2010, em decorrência de glosa de despesas consideradas como não comprovadas, pela suposta falta devidade da ação amortizada na base de cálculo da CSL, pela ausência de ação do custo e despesa indutível na base de cálculo da CSL, bem como pela falta de ação da despesa não dedutíveis na base de cálculo da CSL.	55.551
• Exigência de imposto decorrente da falta de homologação das Declarações de Compensação, sob o fundamento de que o crédito pleiteado não seria líquido e certo.	52.150
• Exigência de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ.	75.889
PIS e COFINS	
• Glosa de créditos tributários decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF e, supostamente, não adimplidos no prazo legal.	94.425
PAES	
• Cobrança judicial do crédito tributário apurados em diversas CDAs (certidão de dívida ativa) referentes às competências de 10/1992 a 01/2003, provenientes do PAES Previdenciário. Em resposta a esta exigência, a Companhia apagou Medida Cautele Inominada com seguro garantia, obtendo liminar que garante a suspensão de exigibilidade dos débitos. Atualmente, autos conclusos ajuiz para despeço.	174.633
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	
• A Companhia possui posicionamento fiscal para tributos federais, fundamentado pelos assessores jurídicos, classificados como "perdas possíveis com viés de remoto".	135.364
• A Companhia discute judicialmente a exclusão dos valores incorridos a título de ICMs da base de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS antes e pós alterações introduzidas pela Lei 12.973/2014. Sobre o referido processo, foi obtida liminar favorável confirmada pela decisão de primeira instância. Baseada na opinião dos assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, motivo pelo qual reverteu no exercício provisão até então constituída.	88.315
(d) Passivos contingentes não provisórios - Controlada B2W	
Em 31 de dezembro de 2016, a controlada B2W possui demandas administrativas e judiciais de natureza fiscal, cíveis e trabalhistas classificados pelos assessores jurídicos como "perdas possíveis", e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. O montante aproximado dos processos tributários é de R\$ 411.885.	
Entre as principais ações de natureza tributária classificadas como "perdas possíveis" destacam-se:	
(i) auto de infração lavrado para a cobrança de débito de IRPJ e CSL, decorrente de aproveitamento supostamente indevido de prejuízo fiscal e base negativa de CSL, uma vez que não observado o limite de 30% para realização da compensação, no valor aproximado de R\$ 57.351;	
(ii) auto de infração exige o CMS-ST e multa por estocagem de mercadoria adquirida de fornecedor, supostamente, indireto, no valor aproximado de R\$ 50.861; e	
(iii) auto de infração decorrente da atribuição da responsabilidade pelo pagamento de multa, no valor aproximado de R\$ 114.090.	
A Companhia possui posicionamento fiscal para tributos federais, fundamentado pelos assessores jurídicos, classificados como "perdas possíveis com viés de remoto", no montante de R\$ 272.817. Divulgação conforme item 92 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	
21. Contas a pagar - Combinacão de Negócios	
Com o objetivo de expansão dos negócios e de acordo com o planejamento estratégico, a controlada B2W vem adquirindo empresas com operações ligadas a serviços digitais. Entre 2013 e 2015 a B2W adquiriu 19 empresas que atuam nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações e serviços de comércio eletrônico, consultoria em inteligência de clientes e produtos, além de 2 (duas) das principais transportadoras especializadas em e-commerce do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar referente a aquisições destas empresas era de R\$ 63.624.	
Consolidado - Circulante - Consolidado - Não Circulante	
Circulante	
2016 2015 2016 2015	
B2W Services (antiga Ideais) 11.250 8.692 11.250 19.731	
Click Rodô 1.554 1.231 4.539 6.388	
Grupo Sieve 18.606 30.546 4.689 30.581	
Tarkena 1.305 1.158 - 1.158	
Vecis/Smart 2.348 3.364 3.959 6.467	
Outras 1.166 - 2.958 -	
Total 36.229 44.991 27.395 64.326	
22. Patrimônio líquido	
(a) Capital social	
O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 2.000.000.000 ações ordinárias e/ou preferenciais. Não existe direito de preferência para subscrição de ações.	
A composição acionária do capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é como segue:	
2016	
Carlos Alberto da Veiga Sicupira - 5.31% 3.33% - 5.40% 3.37%	
Administradores - 6.31% 4.85% 2.37% 6.43% 4.91%	
MERCOSUL INTERNET S.A. - 3.24% 2.03% - 3.30% 2.06%	
Cathos Holding LLC - 2.86% 1.80% - 2.91% 1.82%	
S-Velame Adm de Recursos e Participações S.A. - 53.86% - 20.05% 53.86% - 20.27%	
CEDAR TRADE LLC. - 0.60% 0.37% - 0.61% 0.38%	
LT'S TRADING COMPANY LLC. - 0.03% 0.01% 0.02% - 0.01%	
Companhia Global do Varejo LLC - 7.99% - 2.97% 7.99% - 3.00%	
Companhia Preferencial do Varejo LLC - - 19.52% 12.28% - 19.88% 12.39%	
Companhia Preferencial do Varejo LLC - - 3.49% 2.19% - 3.56% 2.22%	
Total 64.25% 41.34% 48.87% 64.22% 40.80% 50.42%	
23. Pagamento baseado em ações	
(a) Plano de Subscrição de ações da Controladora (Lojas Americanas S.A.)	
A Companhia ofereceu planos de subscrição de ações aos seus executivos em 2011, com as seguintes características:	
• executivos tem a opção por 60 meses de subscriver ações da Companhia a um preço que normalmente corresponde a 90% da média do preço médio das ações na Bovespa no mês da aprovação do Plano, sendo este preço de subscrição atualizado pela variação do IGP-M;	
• os executivos podem subscriver ações usando 2 formas: (a) pagamento à vista (recursos próprios ou recursos oriundos da participação nos lucros) ou (b) pagamento a prazo sendo este financiado pela Companhia (10% a vista e o restante, 90%, atualizados pelo IGP-M e juros de 6% a.);	
• subscritores têm a livre disponibilidade da parcela dos dividendos em dinheiro oriundos das ações subscritas que correspondem ao dividendo mínimo obrigatorio de 25% sobre o lucro líquido ajustado em cada exercício. Excedente do dividendo mínimo de 25% poderá, caso determinado pelo Comitê, compensar automaticamente a dívida existente pela aquisição de ações a prazo ou ser aplicado em novas subscrições de ações;	
• os executivos só poderão alienar suas ações, salvo decisão contrária do Comitê, quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e forem observadas condições definidas no Plano tais como cessão de relação de trabalho.	
A Companhia possui preferência na recuperação de ações de seus executivos a partir de 2012 com as seguintes características:	
• executivos tem prazo determinado para subscriver as ações da Companhia a um preço que normalmente corresponde a 90% do preço médio das ações na Bovespa no mês da aprovação do Plano;	
• neste novo prazo o beneficiário poderá escolher entre destinar a 70% a 100% da participação de lucros por ele recebido no ano, ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo que a destinação de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência na Companhia pelo prazo de 5 anos a contar da data do exercício;	
• subscritores têm a livre disponibilidade da parcela dos dividendos em dinheiro oriundos das ações subscritas que correspondem ao dividendo distribuído sobre o lucro líquido ajustado em cada exercício; e	
• os executivos só poderão alienar suas ações, salvo decisão contrária do Comitê, quando forem observadas condições definidas no Plano, tais como cessão de relação de trabalho.	
A Companhia ofereceu planos de subscrição de ações a seus executivos a partir de 2012 com as seguintes características:	
• executivos tem prazo determinado para subscriver as ações da Companhia a um preço que normalmente corresponde a 90% do preço médio das ações na Bovespa no mês da aprovação do Plano;	
• neste novo prazo o beneficiário poderá escolher entre destinar a 70% a 100% da participação de lucros por ele recebido no ano, ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo que a destinação de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência na Companhia pelo prazo de 5 anos a contar da data do exercício;	
• subscritores têm a livre disponibilidade da parcela dos dividendos em dinheiro oriundos das ações subscritas que correspondem ao dividendo distribuído sobre o lucro líquido ajustado em cada exercício; e	
• os executivos só poderão alienar suas ações, salvo decisão contrária do Comitê, quando forem observadas condições definidas no Plano, tais como cessão de relação de trabalho.	
24. Total dos dividendos propostos	
2015	
Lucro líquido do exercício 211.657	
Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício) (10.583)	
Base de cálculo dos dividendos	
Dividendo mínimo obrigatorio (25%) 20.074	
Dividendos adicionais a distribuir 50.269	
Dividendos a distribuir 69.731	
Distribuição dos dividendos	
Juros sobre o capital próprio	
RCA de 30/06/2016 (Integrais R\$ 0,03897562 por ação ON/PN) 55.000	
RCA de 09/09/2016 (Integrais R\$ 0,021249439 por ação ON/PN) 30.000	
RCA de 31/12/2016 (Integrais R\$ 0,02454878 por ação ON/PN) 35.000	
Total dos dividendos propostos 120.000	
(ii) Exercício de 2015:	
2015	
Lucro líquido do exercício 211.657	
Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício) (12.512)	
Base de cálculo dos dividendos	
Dividendo mínimo obrigatorio (25%) 23.737	
Dividendos adicionais a distribuir 59.434	
Dividendos a distribuir 80.934	
25. Resultado financeiro	
Controladora	
2016 2015 2016 2015	
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários 152.868 143.651 342.537 282.292	
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária 84.609 95.488 101.802 133.350	
Ajusta a valor presente de contas a receber 158.253 120.019 242.684 353.469	
Outras receitas financeiras 8.532 6.869 25.705 8.300	
Total receita financeira 404.262 366.027 892.728 777.411	
26. Resultado financeiro	
Controladora	
2016 2015 2016 2015	
Juros, variação monetária sobre títulos e valores mobiliários 152.868 143.651 342.537 282.292	
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária 84.609 95.488 101.802 133.350	
Ajusta a valor presente de contas a receber 158.253 120.019 242.684 353.469	
Outras receitas financeiras 8.532 6.869 25.705 8.300	
Total receita financeira 404.262 366.027 892.728 777.411	
27. Resultado do exercício	
Controladora	
2016 2015 2016 2015	
Juros, variação monetária sobre títulos e valores mobiliários 152.868 143.651 342.537 282.292	
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária 84.609 95.488 101.802 133.350	
Ajusta a valor presente de contas a receber 158.253 120.019 242.684 353.469	
Outras receitas financeiras 8.532 6.869 25.705 8.300	
Total receita financeira 404.262 366.027 892.728 777.411	
28. Resultado do exercício	
Controladora	
2016 2015 2016 2015	
Juros, variação monetária sobre títulos e valores mobiliários 152.868 143.651 342.537 282.292	
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária 84.609 95.488 101.802 133.350	
Ajusta a valor presente de contas a receber 158.253 120.019 242.684 353.469	
Outras receitas financeiras 8.532 6.869 25.705 8.300	
Total receita financeira 404.262 366.027 892.728 777.411	
29. Despesa por natureza	
A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:	
Controladora	
2016 2015 2016 2015	
Vendas de mercadorias e serviços 12.375.594 11.369.903 22.568.680 21.852.423	
Descontos e reembolsos (408.979) (245.553) (1.161.177) (1.137.928)	
Receta bruta de vendas e serviços 11.975.115 11.244.347 21.400.572 20.714.458	
Despesas de vendas (1.593.496) (1.369.171) (3.287.771) (2.799.871)	
Resultado 10.372.345 9.746.712 18.103.512 17.926.155	
30. Resultado do segmento atribuível aos acionistas	
Controladora	
2016 2015 2016 2015	
Vendas de mercadorias e serviços 12.375.594 11.369.903 22.568.680 21.852.423	
Descontos e reembolsos (408.979) (245.553) (1.161.177) (1.137.928)	
Receta bruta de vendas e serviços 11.975.115 11.244.347 21.400.572 20.714.458	
Despesas de vendas (1.593.496) (1.369.171) (3.287.771) (2.799.871)	
Resultado 10.372.345 9.746.712 18.103.512 17.926.155	
31. Resultado do segmento atribuível a terceiros	
Controladora	
2016 2015 2016 2015	
Vendas de mercadorias e serviços 12.375.594 11.369.903 22.568.680 21.852.423	
Descontos e reembolsos (408.979) (245.553) (1.161.177) (1.137.9	